

DIÁLOGOS COM A PRÁTICA: O PAPEL DO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE**DIALOGUES WITH PRACTICE: THE ROLE OF INTERNSHIP IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION FOR THE CONSTRUCTION OF TEACHER IDENTITY****DIÁLOGOS CON LA PRÁCTICA: EL PAPEL DE LAS PRÁCTICAS EN EDUCACIÓN INFANTIL PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD DOCENTE**Clarice Cristina Santos Medeiros¹Isabela Cristina Santos de Moraes²**RESUMO**

O estágio representa uma etapa fundamental na formação acadêmica e profissional dos futuros pedagogos, pois possibilita observar, refletir e intervir na prática educativa, a partir das dinâmicas desenvolvidas em campo. Com base nesse pressuposto, o presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições do estágio não obrigatório na Educação Infantil para a construção da identidade profissional do professor. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em relato de experiência, considerando como fundamento a revisão bibliográfica de autores como Almeida (1994), Passerini (2007), Ghedin, Oliveira e Almeida (2015), Adams, Alves e Nunes (2019), Barreiro e Gebran (2006), Garcia (1992), Behrens (1991), Pimenta (1996), Ghedin, Almeida e Leite (2008), Correia e Franzolin (2013), Tiscoski e Bittencourt (2017) e Bhering e Fullgraf (2011). Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, com fundamentação em legislações educacionais brasileiras, além do relato de uma experiência vivenciada em estágio não obrigatório. Os resultados indicam que o estágio não obrigatório configura-se como um espaço contínuo de aprendizagem e reflexão sobre as práticas pedagógicas e os processos de ensino e aprendizagem, desempenhando um papel formativo essencial na constituição da identidade docente. A vivência em sala de aula, por sua vez, favoreceu a compreensão dos desafios do ensino, a aplicação crítica dos saberes teóricos e a interação com os sujeitos do processo educativo, contribuindo para uma postura reflexiva e para a consolidação de saberes profissionais.

Palavras-chave: educação infantil; estágio não obrigatório; identidade docente.

ABSTRACT

The internship represents a fundamental stage in the academic and professional training of future educators, as it allows them to observe, reflect on, and intervene in educational practice, based on the dynamics developed in the field. Based on this premise, this study aims to analyze the contributions of the non-mandatory internship in Early Childhood Education to the construction of the teacher's professional identity. The research adopts a qualitative approach, based on experience reports, considering as a foundation the bibliographic review of authors such as

¹ Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, <https://orcid.org/0009-0007-8636-0005>, claricemedeiros40@gmail.com.

² Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, <https://orcid.org/0000-0002-7481-4520>, isabelacristinasm@gmail.com.

Almeida (1994), Passerini (2007), Ghedin, Oliveira, and Almeida (2015), Adams, Alves, and Nunes (2019), Barreiro and Gebran (2006), Garcia (1992), Behrens (1991), Pimenta (1996), Ghedin, Almeida, and Leite (2008), Correia and Franzolin (2013), Tiscoski and Bittencourt (2017), and Bhering and Fullgraf (2011). Furthermore, documentary research was conducted, based on Brazilian educational legislation, and a report of an experience during a non-mandatory internship was included. The results indicate that the non-mandatory internship serves as a continuous space for learning and reflection on pedagogical practices and teaching and learning processes, playing an essential formative role in the development of teacher identity. The classroom experience, in turn, fostered an understanding of teaching challenges, the critical application of theoretical knowledge, and interaction with participants in the educational process, contributing to a reflective stance and the consolidation of professional knowledge.

Keywords: early childhood education; non-mandatory internship; teacher identity.

RESUMEN

Las prácticas profesionales representan una etapa fundamental en la formación académica y profesional de los futuros educadores, ya que les permiten observar, reflexionar e intervenir en la práctica educativa, basándose en las dinámicas que se desarrollan en el campo. Partiendo de esta premisa, este estudio pretende analizar las contribuciones de las prácticas profesionales no obligatorias en Educación Infantil a la construcción de la identidad profesional docente. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en relatos de experiencia, considerando como base la revisión bibliográfica de autores como Almeida (1994), Passerini (2007), Ghedin, Oliveira y Almeida (2015), Adams, Alves y Nunes (2019), Barreiro y Gebran (2006), Garcia (1992), Behrens (1991), Pimenta (1996), Ghedin, Almeida y Leite (2008), Correia y Franzolin (2013), Tiscoski y Bittencourt (2017), y Bhering y Fullgraf (2011). Además, se realizó una investigación documental, basada en la legislación educativa brasileña, y se incluyó un relato de una experiencia durante una pasantía no obligatoria. Los resultados indican que las prácticas no obligatorias sirven como un espacio continuo de aprendizaje y reflexión sobre las prácticas pedagógicas y los procesos de enseñanza y aprendizaje, desempeñando un papel formativo esencial en el desarrollo de la identidad docente. La experiencia en el aula, a su vez, fomentó la comprensión de los desafíos docentes, la aplicación crítica de los conocimientos teóricos y la interacción con los participantes del proceso educativo, contribuyendo a una postura reflexiva y a la consolidación del conocimiento profesional.

Palabras clave: educación infantil temprana; prácticas no obligatorias; identidad docente.

INTRODUÇÃO

O processo de formação docente demanda a compreensão crítica das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Nesse contexto, o estágio supervisionado se configura como um componente essencial da formação inicial, sendo compreendido como “um instrumento valioso para desenvolver a postura crítica e proporcionar o referencial teórico-prático necessário ao profissional que exige os tempos atuais” (Almeida, 1994, p. 42).

Durante o estágio, o licenciando tem a oportunidade de articular saberes teóricos e experiências práticas, estabelecendo conexões entre os conhecimentos acadêmicos e as realidades da escola. Trata-se, portanto, de uma vivência formativa fundamental, que

possibilita a imersão nas dinâmicas do ambiente escolar e a compreensão mais ampla do processo de ensino e aprendizagem.

Neste contexto, a presente pesquisa é orientada pela seguinte questão norteadora: quais são as contribuições do estágio na Educação Infantil para a construção da identidade profissional docente?

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar as contribuições do estágio não obrigatório na Educação Infantil para a construção da identidade profissional do professor. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) reconhecer o estágio como espaço de articulação entre teoria e prática; (ii) discutir a Educação Infantil no contexto da formação docente; e (iii) descrever os aprendizados decorrentes de uma experiência de estágio não obrigatório nessa etapa da educação básica.

No que tange ao percurso metodológico, esta investigação caracteriza-se como um relato de experiência em estágio não obrigatório. Este estudo conta ainda com diálogos teóricos embasados em referenciais bibliográficos sobre estágio supervisionado, da Educação Infantil e da construção da identidade docente. Para embasar a discussão, foram consultadas obras de autores como Almeida (1994), Passerini (2007), Ghedin, Oliveira e Almeida (2015), Adams, Alves e Nunes (2019), Barreiro e Gebran (2006), Garcia (1992) e Behrens (1991), que refletem sobre o estágio como espaço formativo. Além disso, são incorporadas as contribuições de Ghedin, Almeida e Leite (2008), a respeito da formação de professores; de Bhering e Fullgraf (2011), sobre o planejamento na Educação Infantil; de Pimenta (1996), no tocante à identidade docente; e de Correia e Franzolin (2013), Tiscoski e Bittencourt (2017), que destacam a importância do estágio nesse processo de constituição profissional.

A pesquisa também se apoia na análise documental, contemplando normativas que orientam a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O estudo também incorpora uma experiência de estágio não obrigatório, vinculada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Caicó, desenvolvida no Centro Municipal de Educação Infantil Cristiano Borges de Medeiros, situado no município de Ipueira/RN.

Considerando os aspectos apresentados, este trabalho está estruturado em três seções principais: na primeira, discute-se o estágio como espaço de articulação entre

teoria e prática; na segunda, abordam-se aspectos relacionados à Educação Infantil e à formação docente; e, na terceira, descreve-se a vivência no estágio não obrigatório, com ênfase nos aprendizados construídos ao longo da experiência.

O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, em seu art. 61, destaca “a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados”. Em consonância, a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que dispõe sobre o estágio de estudantes, descreve que:

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico (BRASIL, 2015, p. 12).

Segundo Passerini (2007), essa etapa inicial proporciona aos licenciandos a inserção nos contextos que futuramente integrarão seus campos de atuação. Através da observação, da atuação prática e da vivência em processos educacionais, os graduandos desenvolvem competências essenciais para a elaboração de propostas pedagógicas inovadoras e contextualizadas.

Compreende-se o estágio como um espaço de formação, observação, pesquisa e ação. Conforme Ghedin, Oliveira e Almeida (2015) o caráter investigativo e formativo do estágio influencia as dimensões científica, técnica, política, ética e entre outras que no exercício do trabalho pedagógico constitui inicialmente a identidade profissional.

Nesse sentido, o estágio é uma importante ferramenta na formação identitária dos professores em formação. É nesse período que se articula a teoria à prática, sendo uma rica oportunidade de vivência no cotidiano da escola e de compreensão do processo pedagógico.

Adams, Alves e Nunes (2019) enfatizam que o contato com a escola proporcionará a transição do licenciando de discente para professor. Esse contato permitirá conhecer todos os sujeitos que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem, adquirindo uma base sólida de fundamentos e uma preparação para lidar com as situações complexas que acontecem no cotidiano do âmbito escolar.

Barreiro e Gebran (2006) acrescentam que:

A articulação da relação teoria e prática é um processo definidor da qualidade da formação inicial e continuada do professor, como sujeito autônomo na construção de sua profissionalização docente, porque lhe permite uma permanente investigação e a busca de respostas aos fenômenos e às contradições vivenciadas (Barreiro; Gebran, 2006, p. 22).

A formação docente refere-se a um processo de construção de conhecimento pessoal. Por essa razão, a prática se torna indispensável, pois conduz ao desenvolvimento de saberes ligados à ação (Garcia, 1992). Nesse viés, os estágios assumem um papel de grande relevância, uma vez que, promovem a integração entre os conhecimentos teóricos e as experiências concretas do ambiente escolar.

De acordo com Behrens (1991), a imersão na realidade da sala de aula, por meio do estágio, deve proporcionar aos futuros professores um olhar mais centrado e reflexivo sobre a complexidade da realidade educacional. Favorecendo a construção de conhecimentos a partir da realidade escolar.

Pimenta e Lima (2010, p.139), acrescentam que:

O estágio para os professores-alunos que já exercem o magistério tem seu sentido e significado a partir da natureza do trabalho docente, que requer constante revisão das práticas, no sentido de tornar o professor um sujeito que constrói conhecimentos, com capacidade de fazer análise de sua prática fundamentada em um referencial teórico que lhe permita, como resultado, a incessante busca de educação de qualidade e as escolas será sempre o ponto de partida e de chegada aos estágios e nas ações de formação contínua de professores. (Pimenta; Lima, 2010, p.139)

Diante disso, entende-se que o estágio tem como objetivo precípua propor uma relação entre teoria e prática. Os saberes teóricos são aplicados a partir das atividades e práticas desenvolvidas no chão da sala de aula. Assim, a práxis, compreendida como um processo de transformação do professor e resultado da integração entre teoria, prática e reflexão, cumpre a sua finalidade de utilizar o conhecimento teórico para orientar as práticas pedagógicas, contribuindo diretamente para a formação de docentes.

O saber acadêmico passa a ter utilidade concreta quando aplicado às atividades desenvolvidas em sala de aula. Nessa perspectiva, a práxis adquire verdadeiro significado ao cumprir sua finalidade essencial: a utilização do conhecimento teórico como base para orientar a prática pedagógica. Isso contribui diretamente para a

qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, beneficiando todos os sujeitos envolvidos e fortalecendo práticas docentes mais críticas, reflexivas e contextualizadas.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é constituída pelas primeiras ações educativas que acontecem fora do contexto familiar da criança. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “a entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada” (BRASIL, 2018, p. 36). Uma vez que, ao ingressar na escola, a criança inicia um importante processo de socialização e adaptação ao ambiente escolar. É nesse espaço que a criança irá ampliar sua percepção de mundo por meio das interações diárias e da convivência com diferentes pessoas

Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) essa etapa é um direito assegurado a todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, determinando que a Educação Infantil deve ser ofertada em creches, para crianças de até 3 anos, e em pré-escolas, para aquelas com idade entre 4 e 5 anos.

Além disso, as práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil devem estar alicerçadas em dois eixos estruturantes: as interações e brincadeiras, que contribuem para o desenvolvimento integral da criança. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em seu art. 4º definem que:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p.133)

Analisando esses instrumentos legais, compreende-se a criança como um sujeito de direitos e que as instituições de Educação Infantil têm como finalidade o desenvolvimento integral das crianças e estas são protagonistas do processo de ensino-aprendizagem. Outro ponto pertinente, é que as instituições infantis devem priorizar a indissociabilidade entre o cuidar e o educar da criança, levando em consideração a sua identidade e cultura, garantindo o direito de aprender.

Consoante a isso, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998), enfatiza que é preciso garantir os princípios básicos e fundamentais:

- a. O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- b. O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- c. O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- d. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- e. O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998, p.15).

Nessa prerrogativa, entende-se que a Educação Infantil deve ser pautada em práticas pedagógicas que considerem a criança como um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, interagindo com o meio, com os pares e com os adultos de forma significativa. As instituições devem, portanto, garantir tempos, espaços e materiais que potencializam essas interações, reconhecendo e respeitando os ritmos, interesses e necessidades de cada criança e assegurando seus direitos de aprender, brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se como sujeitos sociais e históricos.

Diante disso, ressaltamos a necessidade de formar professores para além da mera transmissão de conteúdos. Segundo a Base Nacional Comum Curricular “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2018, p. 39)

É indispensável que os docentes sejam preparados para promover experiências que favoreçam os saberes de forma lúdica e contextualizada, considerando as dimensões do desenvolvimento integral das crianças. A qualificação dos profissionais deve atender as necessidades e particularidades da infância, considerando a historicidade da infância como base para as práticas educativas.

A partir da articulação entre teoria e prática, Ghedin, Almeida e Leite (2008) destacam a importância de uma formação realizada no contexto escolar, que possibilite ao professor desenvolver sua identidade profissional e construir os saberes essenciais

para o exercício da docência. Essa articulação permite que o professor dialogue com os contextos reais vivenciados pelas crianças.

Nesse sentido, a formação docente precisa ser contínua, permitindo que o professor reflita criticamente sobre sua prática, ressignifique suas ações e atue com intencionalidade. Trata-se de construir um saber docente reflexivo, dialógico e interativo, reconhecendo a criança como sujeito de direitos e ativo no processo de aprendizagem.

VIVÊNCIA NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

O estágio não obrigatório configura-se como uma atividade investigativa de caráter optativo no âmbito escolar. As práticas desenvolvidas nesse contexto proporcionam uma análise crítica e aprofundada da realidade educacional, favorecendo a compreensão dos mecanismos que regem o processo de ensino. Além disso, contribuem para o aprimoramento dos saberes pedagógicos e para a consolidação da formação docente. (Tiscoski e Bittencourt, 2017)

Com o objetivo de descrever as contribuições que o estágio não obrigatório proporciona à formação e à prática docente, será relatada a experiência vivenciada durante esse período. As atividades ocorreram no Centro Municipal de Educação Infantil Cristiano Borges de Medeiros, em Ipueira, no estado do Rio Grande do Norte (RN), em uma turma do Nível III da Educação Infantil.

Durante o estágio, foram desempenhadas atividades de apoio em sala, colaborando no desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas e interativas com as crianças. Também houve participação ativa no planejamento e na execução de ações voltadas à educação infantil, as quais proporcionaram uma visão ampla da prática profissional:

Planejar na Educação Infantil significa olhar para a frente baseado naquilo que vivenciamos anteriormente. É formatar possibilidades e traçar caminhos, decidir e escolher, desenvolver intencionalidades para acompanhar os interesses e raciocínio das crianças para, então, agir e interagir, e promover atividades, como a brincadeira, tanto na creche como na pré-escola. (Bhering; Fullgraf, 2011, p. 48)

Diante disso, a experiência foi centrada no auxílio à adaptação das crianças no ambiente escolar. O acolhimento, a rotina estruturada foram aspectos chave para garantir que eles se sentissem seguros na escola. Na imagem abaixo, evidencia-se o momento da roda de conversa na rotina escolar (Figura 1). É um momento extremamente importante, pois é essencial para o desenvolvimento das crianças, promovendo socialização e interação. Esse momento da *rodinha* é significativo dentro da rotina da turma.

Figura 1: Roda de conversa



Fonte: Arquivo pessoal, 2025

Para além dessas incursões, a experiência proporcionou, por meio das observações e práticas realizadas, uma compreensão mais ampla de aspectos importantes da rotina escolar na educação infantil, da organização da sala de aula e, principalmente, do processo de ensino e aprendizagem das crianças.

É a partir do contato direto com as práticas pedagógicas que os saberes teóricos transformam-se em experiências significativas. Dentre essas práticas, destaca-se um momento lúdico de pintura com as crianças, no qual foram utilizadas tintas para estimular a coordenação motora (Figura 2). Essa atividade possibilitou uma interação significativa tanto com as crianças quanto com as metodologias aplicadas nas aulas.

Figura 2: Momento lúdico em sala de aula



Fonte: Arquivo pessoal, 2025

Nesse contexto, a experiência caracteriza-se como uma ferramenta que potencializa a construção da identidade docente, propiciando vivenciar o cotidiano da escola de forma mais aprofundada. É nesse espaço que é possível compreender as melhores formas de interagir com os alunos e mediar situações cotidianas, desenvolvendo competências que precisam ser fomentadas na prática.

No que concerne a construção da identidade profissional do docente, Pimenta (1996) aponta que ocorre:

[...] a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. [...] Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos. (Pimenta, 1996, p. 76)

Como observa-se na fala da autora, a construção do ser professor ocorre por meio das suas vivências e experiências, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. Dessa maneira, a identidade docente é construída por um processo histórico-social que envolve a trajetória de vida, a formação e o exercício da prática pedagógica. Sendo assim, a identidade do professor começa a se formar a partir do momento em que ele passa a refletir sobre o papel social de sua atuação e a atribuir novos significados à sua prática profissional.

Correia e Franzolin (2013) descrevem que:

No momento de estágio, a identidade do educador pode ser consolidada por esse profissional em formação, onde é possível construí-la por meio das experiências vividas. O estágio possibilita ao graduando verificar a realidade de seu futuro campo de trabalho. É possível identificar os desafios que serão enfrentados, sendo então um momento de reflexão e de propostas para superar esses desafios, visando sempre um ensino de qualidade para as crianças presentes nesse processo. (Correia; Franzolin, 2013, p. 22721)

Dessa forma, pode-se afirmar que a experiência vivenciada por meio do estágio não obrigatório se configurou como um espaço constante de aprendizado, sendo um momento de reflexão sobre as práticas pedagógicas e processos de ensino-aprendizagem. É nesse cenário que a teoria se concretiza e ganha sentido e significado por meio da interação direta com as diferentes nuances do exercício profissional. É o contato real do que é ser professor, a partir da aquisição de saberes que vão além do campo teórico e que surgem das relações no cotidiano escolar. Essa vivência é fundamental para potencializar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação e para promover uma análise crítica sobre a atuação profissional. Dessa forma, a prática do estágio se configura como um espaço formativo indispensável na construção da identidade docente, no qual teoria e prática se conectam de maneira indissociável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destacou as contribuições do estágio supervisionado, em especial do estágio não obrigatório na Educação Infantil, como um espaço essencial para a formação inicial de professores dessa etapa da educação básica, bem como para a construção da identidade docente. A análise realizada articulou fundamentos teóricos e

as experiências vivenciadas no contexto do estágio, proporcionando uma visão crítica e reflexiva sobre esse momento formativo.

O objetivo central da pesquisa consistiu em analisar as contribuições do estágio na Educação Infantil para a construção da identidade profissional do professor. Para tanto, foi realizada uma fundamentação teórica que possibilitou uma compreensão mais aprofundada do objeto investigado, além de favorecer a elaboração de uma postura crítica frente ao estágio não obrigatório. Constatou-se que essa vivência formativa promove uma articulação concreta entre teoria e prática, permitindo revisitar saberes adquiridos ao longo da formação, fomentar o desenvolvimento de novas competências e contribuir de maneira significativa para o processo de construção da identidade docente.

A inserção no cotidiano escolar possibilita ao licenciando uma nova concepção do que significa ser professor e sobre os desafios e possibilidades inerentes à prática pedagógica na Educação Infantil. O estágio, nesse sentido, constitui uma experiência concreta em que os conhecimentos acadêmicos se materializam, permitindo ao futuro docente ressignificar suas concepções e práticas educacionais.

Durante a realização do estágio, observou-se que esse momento configura-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento da identidade profissional docente. As vivências práticas, o contato cotidiano com as crianças, os momentos de planejamento e as interações no ambiente escolar favorecem a construção de práticas pedagógicas mais conscientes, além de impulsionar a autonomia e a capacidade de produzir conhecimento por parte dos futuros professores. A identidade profissional, nesse contexto, é compreendida como um processo dinâmico, que se constrói e reconstrói continuamente ao longo do exercício docente.

Os achados deste estudo evidenciam contribuições relevantes para o aprofundamento da compreensão acerca dos saberes que compõem a prática docente. Assim, as experiências e reflexões sistematizadas ao longo do processo investigativo configuram-se como elementos fundamentais para o fortalecimento da formação inicial, ao promoverem a integração entre teoria e prática e contribuírem para a constituição de uma base sólida na trajetória profissional dos futuros pedagogos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F. W; ALVES, S. B; NUNES, S. M, T. Percepções de pibidianos após a elaboração de suas primeiras aulas: o programa tem cumprido seus objetivos?. **Revista Iluminart**, v. 17, 2019. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/349/328>. Acesso em: 05 maio. 2025.

ALMEIDA, J.S. Estágio Supervisionado em Prática de Ensino, relevância para a formação ou mera atividade curricular? **Revista Ande**, ano 13, nº 20,-42, 1994.

BARREIRO, I; GERBRAN, R. Prática de ensino: elemento articulador da formação do professor. In: BARREIRO, I; GERBRAN, R. (Org.). **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEHRENS, M. A. **O estágio supervisionado de prática de ensino: uma proposta coletiva de reconstrução**. 1991. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

BHERING, E; FULLGRAF, J. Planejamento na Educação Infantil: intenções, reflexões e desejos. **Revista Educação**: São Paulo: Segmento, p. 44-59, 2011. Publicação especial – Educação Infantil.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Brasília, DF: Presidência da República, [2017] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Brasília: MEC, 2015.

CORREIA, L. C.; FRANZOLIN, F.; Estágio supervisionado no curso de pedagogia: reflexões acerca da prática docente. In: **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; II Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSSE; IV Seminário Internacional sobre profissionalização docente – SIPD/CÁTEDRA/UNESCO**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 23 a 26 de set. 2013.

GARCIA, C. M. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. **Os professores e a sua formação**, v. 2, p. 51-76, 1992.

GHEDIN, E. OLIVEIRA, E. de; ALMEIDA, W. **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

GHEDIN, E.; ALMEIDA, M. I. de; LEITE, Y. U. F. **Formação de professores: caminhos e descaminhos da prática**. Brasília: Liber Livro, 2008.

PASSERINI, G. A. **O estágio supervisionado na formação inicial de professores de matemática na ótica de estudantes do curso de licenciatura em matemática da UEL**. 121f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2007.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22, n. 2, p. 72-89, 1996.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. Porque o estágio para quem já exerce o magistério: uma proposta de formação contínua. In: **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010. 5 ed. (Coleção Docência em formação. Série Saberes Pedagógicos).

TISCOSKI, I. G.; BITTENCOURT, R. L. Contribuições do estágio não obrigatório para a formação inicial do professor. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 1, n. 1, p. 105-126, 2017.

Submetido em: 01/07/2025

Aceito em: 14/11/2025